



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2015/00121

Brasília, 22 de setembro de 2015.

Objetivo da reunião: Reunião do Comitê Gestor do PJe JF

Horário e local: 10 - CJF Sala 117

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETÁRIO	SUMOG
Lúcio Melre da Silva	SECRETÁRIO	STI
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SEÇÃO	SEPROC
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Comitê Gestor	TRF 1ª Região
Andrey Leonardo Lima e Silva (andrey.silva@trf1.jus.br)	Diretor do Núcleo Regional de Apoio ao PJE	TRF 1ª Região
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF 1ª Região
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (yuri@trf1.jus.br)	Gerente regional	TRF 1ª Região
Desembargador Paulo Sérgio Domingues (psedoming@trf3.jus.br)	Coordenador do Comitê Gestor do PJe	TRF 3ª Região
Ednaldo da Silva Ferreira (esferrei@trf3.jus.br)	Diretor do Núcleo do Processo Eletrônico	TRF 3ª Região
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@jfrj.jus.br)	Coordenador da Subcomissão de Parametrização do PJe JF	SJRJ
Valfrido Batista Santiago Junior (valfrido@trf5.jus.br)	Secretaria Judiciária	TRF 5ª Região

Pauta



Assinado digitalmente por MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS e EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.
Documento Nº: 1475088-7611 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

Classif. documental 40.07.01.01



CJFMRU201500121A

1. Ações Pendentes agosto 2015.

1.1) Demandas de treinamento do PJe; Comentário: Recebimento das demandas da 1ª Região e 3ª Região. Melre já está tratando com o Dr. Bráulio e informa que o CNJ irá encaminhar ofício ao CJF, referente ao curso de fluxo do PJe. O CJF irá elaborar ofício, a ser assinado pelo Des. Paulo Sérgio, solicitando disponibilização de 10 vagas para o segmento Justiça Federal. Os tribunais irão distribuir as vagas concedidas. Na reunião, a demanda apresentada seria: Para a 1ª Região 4 vagas, para a 3ª Região 3 vagas e, para a 5ª Região 3 vagas. Sugere-se um curso de fluxo específico para a Justiça Federal ministrado pela servidora Calianira (TJMG), sabendo-se que pode haver dificuldade de conseguir disponibilidade na agenda da servidora. A 3ª. Região informa a necessidade de priorizar o treinamento "Configuração e Administração do PJe" e tratar menos do assunto "fluxo", solicitando uma capacitação mais adequada às necessidades da Justiça Federal. Leonardo informa que já existe no CJF processo em andamento sobre "Configuração e Administração do PJe" (assunto tratado com a servidora Lígia/CEJ). 1.2) Pagamento de instrutoria no PJe; PPN2015/00038 Comentário: Dr. Marcelo solicita que se peça prioridade em vista que o PJe está em plena expansão. 1.3) Validação do modelo de governança - indicados - para a Governança do PJe. Comentário: Edimilson informa que o CG havia deliberado em reunião anterior pela extinção das subcomissões de parametrização e de TI, aglutinando essas equipes, respectivamente, à Comissão Técnica de Negócio e a de TI. Acrescenta que a Secretaria Executiva elaborou uma minuta, mas encontrou dificuldade em estabelecer a nova composição das comissões, estabelecendo quantos participantes elas teriam e como seria a representatividade das regiões. Des. Paulo Sérgio orienta para que se mantenha a proposta o mais simples possível, mantendo a estrutura de governança existente, alterando a composição das Comissões (art. 6º e 8º) e que a discussão da minuta se faça por meio eletrônico (e-mail/Redmine). Na próxima reunião do Comitê Gestor o assunto será deliberado definitivamente. Conforme o Art. 5º Inciso VII da Res. 202/2012 (texto vigente) O Comitê Gestor pode criar, alterar a composição e extinguir subcomissões, subcomitês necessários ao desenvolvimento, implementação e sustentação do PJe, criados para atividades específicas. Essa possibilidade permitirá justificar os gastos com diárias e passagens para implantação do PJe. Foi proposto que os representantes das comissões não sejam necessariamente os secretários, como dispõe a Res. 202/2012 nos art. 6º e 8º assim como a necessidade de se instituir a figura do coordenador de comissão. Para compor as Comissões cada tribunal irá indicar dois servidores e dois suplentes, com poder de decisão, para cada comissão (art. 6º e 8º da Res. 202/2012)

2. Acompanhamento da implantação na 1ª, 3ª e 5ª Regiões. Relato dos representantes dos regionais.

Dr. Marcelo relata a implantação na 1ª Região e informa que na implantação em Tocantins o Vice-presidente da OAB manifestou apoio ao PJe. Informa que o PJe está implantado em 75 órgãos processantes/julgadores. A 3ª Região informa que o PJe foi implantado na 1ª e 3ª Varas de São Bernardo do Campo em três ações e que continuarão expandindo para todas as ações de competência do Tribunal. Informa que já está publicado para implantar na 3ª Seção do TRF (previdenciário) e nas localidades de Santos, Sorocaba, Osasco e Barueri (previsão de ser feito até o final do ano).

3. Deliberações da Comissão Técnica de Negócio.

Edimilson informa sobre a reunião da CTN, em 11.09, na qual foram apreciadas as propostas de melhoria apresentadas pela 1ª. Região. As propostas, com sugestões da



Comissão, foram aprovadas e encaminhadas ao Melre para tratar no âmbito da Comissão Técnica de TI. Proposta 1: Possibilitar ao perfil de "assistente de procuradoria" a visualização e a distribuição dos expedientes e processos da Procuradoria, assim como ocorre com o perfil de "procurador distribuidor", mas sem a ferramenta de tomar ciência e de responder intimações. Essa proposta será encaminhada como 'bug' já que nas versões anteriores não havia esta dificuldade. Proposta 2: Exibir, ao passar o ponteiro do mouse sobre o assunto (último nível), um tooltip (janela flutuante) com as informações completas do assunto do processo, incluindo os níveis superiores da árvore. Proposta 3: Na página inicial de acesso ao PJe, modificar o layout de acordo com a manifestação do Sr. Marcos Salenko Guimarães, Analista Judiciário do TRF1 e Doutor em Usabilidade. As propostas 2 e 3 serão encaminhadas na categoria de melhoria. Fica acordado que as próximas deliberações das Comissões Técnicas serão encaminhadas pelo Coordenador do Comitê Gestor da Justiça Federal para o Comitê PJe do CNJ, sem a necessidade de se submeter, em regra geral, ao CGJF-PJe.

4. Validação das entregas e atividades para o acompanhamento na ferramenta SEI.

Na implementação do observatório da Justiça Federal, na parte referente ao Projeto PJe, faz-se necessário informar as entregas, datas de início e fim e o percentual de implantação. O sistema permite apenas dois níveis de detalhamento. Proposta da SEG: No primeiro nível constem as regiões: 1ª, 3ª e 5ª. Abaixo de cada região, no segundo e último nível, constem três entregas: 1) Fase preparatória; 2) Implantação no 1º Grau e, 3) Implantação no 2º. Grau. O cálculo do percentual para o 2º. Grau será o número de órgãos julgadores sobre o total de órgãos julgadores do Tribunal. O cálculo do percentual para o 1º. Grau será o número de varas com PJe implantado / total de varas da região. O controle da implantação seria feito em planilha à parte e transferido o valor para o SEI, a partir de informações recebidas dos gerentes regionais. O prazo de início e término das entregas consideraria o que foi realizado e o que o cronograma apresentado pelo TRFs. O comitê deliberou por considerar as turmas recursais como unidades do 1º grau no cálculo do indicador de implantação. A proposta da SEG não prevaleceu, ficando aprovado pelo Comitê que o indicador será o resultado de número de "Processos distribuídos no PJE sobre o total de processos distribuídos". O mesmo critério será utilizado para o 2º Grau.

5. Proposta de uso da ferramenta REDMINE como repositório de informações do PJe.

Atendido pela ação 1.5.

6. Descentralização de recursos orçamentários para custeio de fábrica de software do TRF1.

1ª Região propõe que a fábrica de software para o PJE seja custeada em nível nacional (CNJ ou CJF). Sugere a inclusão desses recursos aos que a SEG já gerencia, repassando aos TRFs conforme demanda. O Comitê concorda com a proposta e Edimilson acrescenta que levará a questão proposta ao titular da SEG.

7. Agrupamento no JIRA/CNJ dos problemas similares.

1ª Região informa que as demandas comuns não têm sido agrupadas pelo CNJ e têm sido baixadas individualmente assim que aplicadas as soluções de contorno ainda que sem solução da causa-raiz. Informa sobre o encaminhamento de ofício ao Comitê Gestor JF no qual solicita que as demandas sejam baixadas apenas quando a causa-raiz tenha tido solução. Ofício CJF-EXT-2015-03500.



8. Treinamento em fluxo do PJe promovido pelo CNJ no TJMG.

Assunto tratado item 1.

9. Atualização das listas de servidores que atuam no PJe

Edimilson solicita que os Tribunais respondam às solicitações para atualização das listas de membros do projeto PJe. Informa sobre a existência do e-mail pje-jf@cjf.jus.br no qual constam e-mail de pessoas que não mais atuam no projeto.

10. Próxima reunião

A próxima reunião acontecerá em 27 de outubro de 2015, 10 horas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Encaminhar o pedido de treinamento para o CNJ como demanda de participação no curso que será ministrado no âmbito do TJMG, sendo a solicitação de 10 vagas para o segmento.	Edimilson Cavalcante de Oliveira	02/10/2015
1.2	2) SEG irá recuperar o processo que trata do curso sobre "configuração do sistema PJe" para subsidiar o planejamento do curso.	Edimilson Cavalcante de Oliveira	02/10/2015
1.3	Efetuar contato com a Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade onde está sendo instruído do pedido formulado pelo Comitê Gestor (processo PPN2015/00038).	Edimilson Cavalcante de Oliveira	02/10/2015
1.4	Encaminhar a minuta de alteração da Res. 202/2012 para discussão.	Edimilson Cavalcante de Oliveira	25/09/2015
1.5	Criar grupo no Redmine para discussão da minuta de alteração da Res. 202/2012.	Lúcio Melre da Silva	09/10/2015
3.1	Encaminhar propostas para o sistema PJe ao Comitê Gestor Nacional (CNJ).	Desembargador Paulo Sérgio Domingues	02/10/2015
4.1	Verificar junto às unidades competentes a existência das variáveis necessárias para o cálculo do indicador aprovado pelo Comitê Gestor.	Edimilson Cavalcante de Oliveira	09/10/2015
6.1	Encaminhar o assunto para o Secretário da Secretaria de Estratégia e Governança - CJF.	Edimilson Cavalcante de Oliveira	15/10/2015
9.1	Avaliar a lista e propor fluxo para resposta aos e-mails recebidos no endereço pje-jf@cjf.jus.br.	Lúcio Melre da Silva	02/10/2015
9.2	Encaminhar à Ouvidoria do CJF proposta para que aquela unidade faça a triagem das mensagens encaminhadas à lista relativa ao PJe.	Edimilson Cavalcante de Oliveira	02/10/2015

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETÁRIO
SEG - SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO



Assinado digitalmente por MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS e EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.
Documento Nº: 1475088-7611 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFMRU201500121A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS
CHEFE DE SEÇÃO
SEG - SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS



Assinado digitalmente por MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS e EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.
Documento Nº: 1475088-7611 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

